



Questão de estilo: Evolução dos Manuais de Redação no Brasil. Estudo de caso dos Manuais de Redação dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.¹

Tiago César AGOSTINHO²
Joaquim Sucena LANNES³

Universidade Federal de Viçosa - MG

Resumo

O artigo se propõe a mostrar a história e evolução dos Manuais de Redação no Brasil. Busca-se recriar desde o período anterior ao seu surgimento, contextualizando sua criação, até as edições mais modernas com mapas e anexos jurídicos e econômicos. Procura-se, através do estudo de caso, demonstrar os avanços de conteúdo e editoriais dos Manuais de Redação dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, além de suas implicações nas atividades jornalísticas atuais.

Palavras-chave

Manual de Redação; Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; jornalismo impresso.

Introdução

O profissional jornalista, independente do seu campo de atuação, se vê atrelado à necessidade da utilização correta de uma determinada língua. As escolhas morfológicas, as construções sintáticas e a atenção à semântica frasal devem ser sempre pensadas para o entendimento do público leitor.

O termo "estilo" jornalístico parece, porém, mais apropriado do que "linguagem" jornalística quando se aborda a forma de redação da imprensa. A construção de um texto noticioso impresso alia além de elementos textuais concisos, o projeto gráfico e elementos visuais diversos.

O *deadline*⁴ faz com que, muitas vezes, as escolhas sejam aleatórias, não se tendo a preocupação com as unidades léxicas utilizadas nos textos. O veículo de comunicação assume um compromisso ideológico com o leitor de usar corretamente a língua.

¹ Trabalho apresentado no GT – Jornalismo e Editoração, do Iniciacom, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Estudante do 7º Período do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV. E-mail: t.agostinho@bol.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV. E-mail: jlannes@ufv.br

⁴ Prazo limite ou final, em inglês. Utilizado para definir o prazo máximo para a realização de qualquer tarefa jornalística ou publicitária. (Dicionário da Comunicação)



“Esse compromisso educativo (no caso em termos lingüísticos) que a imprensa assume na comunidade aponta para o grau de expectativa que o leitor tem de ser veiculada a língua oficial, culta, e não rara são as vezes em que os jornais se vêem solicitados a justificar deslizes ocorridos em relação à língua”.(DIAS 2003, p. 44)

Para se criar um padrão mínimo e uniforme da escrita jornalística foram elaborados os Manuais de Redação. Alguns veículos, guiados pelas regras gramaticais da língua portuguesa, sistematizaram seus estilos e normas lingüísticas em livros que “são incluídas orientações de ordem moral e instruções técnicas sobre como devem ser feitas as matérias, além de regras de gramática” (ERBOLATO 2004, p. 125). O texto em um veículo de comunicação tem características próprias. Para a formatação deste estilo jornalístico tem sido de extrema importância o uso dos Manuais de Redação ou *stylebooks*.

O objetivo do presente artigo é realizar uma demonstração histórica de como os Manuais de Redação foram incorporados às redações dos veículos de comunicação no Brasil, principalmente na área do jornalismo impresso. Desta forma pretende-se mostrar como o Manual de Redação se tornou essencial na vida profissional do jornalista. Será mostrada a evolução editorial de dois Manuais de Redação, da *Folha de São Paulo* e de *O Estado de São Paulo*. A escolha dos dois Manuais de Redação citados se deu, primeiramente, ao fato que os dois jornais são produzidos no mesmo estado, São Paulo. Levou-se em conta também o fato de que os dois veículos circulam nacionalmente e não utilizam regionalismos na construção de seus textos. Outro fator relevante na escolha foram as constantes atualizações dos Manuais, que possibilitam uma análise direcionada ao avanço dos conteúdos relacionados às próprias edições.

História dos Manuais de Redação no Brasil

A contextualização histórica é necessária no que tange a recriação do ambiente da narrativa temporal. Em relação aos Manuais de Redação o período que antecede o seu surgimento nos jornais brasileiros é marcado por forte censura, e ficou conhecido como Estado Novo.

A administração federal, comandada por Getúlio Vargas, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP que tinha função de controlar a opinião pública e regulamentar a censura. Essa medida afetou “todas as formas de expressão do pensamento [...]”. O DIP controla o registro de jornais, das emissoras de rádio, das



revistas e de todas as espécies de divulgação” (BAHIA 1990, p. 304). Alguns jornalistas utilizavam recursos lingüísticos como metáforas, códigos e alusões cifradas para confundir os censores.

A intervenção dos censores foi se tornando mais presente na rotina das redações. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, foi invadido em 1940 pela polícia que expulsou funcionários e diretores. Após busca minuciosa a polícia declarou ter encontrado armas no prédio. Os funcionários da empresa foram presos e o jornal permaneceu nove dias sem circular. Ele foi reaberto com funcionários e jornalistas recrutados pela ditadura.

“No dia 7 de dezembro de 1945, volta “*O Estado de São Paulo*” a circular livremente, com o nome de seus verdadeiros diretores no cabeçalho da primeira página. Esses cinco anos de tirania o jornal não conta em sua história. Em 1947 Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita decidem reequipar o jornal tomando como modelo os complexos jornalísticos dos Estados Unidos e da Europa. O projeto industrial compreende a aquisição de novas rotativas, material gráfico e estúdios de jornalista no exterior.” (BAHIA, 1990, p. 310)

Juntamente com o fim do Estado Novo em 1945, a criação do primeiro curso de jornalismo em 1947, da Faculdade Cásper Líbero, foram marcos para o jornalismo brasileiro. Antes dessa data os conhecimentos acerca da profissão eram aprendidos nas redações dos jornais. “O aspirante a qualquer cargo ingressava na revisão, e se revelasse pendor, passava a colaborar nos setores de redação, de polícia, de esportes ou na *local*”. (ERBOLATO 2004, grifo do autor). De acordo com a qualidade desempenhada no trabalho, alguns desses profissionais chegavam a ocupar cargos de editores. Até metade do século XX a mesma pessoa desempenhava inúmeras atribuições, pois não existiam técnicas jornalísticas detalhadas.

O período entre as décadas de 30 e 70 do jornalismo brasileiro ficou conhecido como “Era dos Manuais”. Com os jornais se transformando em empresas, o lucro começou a ser almejado. A ideologia de origem começou a ser deixada de lado já que era necessário atrair um maior público leitor. Os textos jornalísticos passaram a ser mais informativos e o uso do lead⁵ tornou-se comum na escrita jornalística. A função do texto nesse período era captar a atenção do leitor. (SODRÉ e FERRARI, 1986)

⁵ Abertura de notícia, que resume e responde às clássicas perguntas: Quem? Quê? Quando? Onde? Por quê? Como? (ERBOLATO 2004, p. 246)



Nos anos 50 do século XX são adotados os primeiros Manuais de Redação. Esse fato se deve à modernização empresarial que industrializou as empresas jornalísticas. Nilson Lage afirma que os manuais:

“atendiam, por um lado, à necessidade de generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros; de outro, à ausência de critérios estabelecidos para solução de muitos problemas ortográficos, desde o uso de maiúsculas até a grafia de nomes escritos com ideogramas ou em alfabeto não-latino: chinês, japonês, russo, hebraico, árabe, etc.” (LAGE 1999, p. 50)

A reforma do estilo da imprensa brasileira, que até a década de 1920, “seguia o perfil do jornalismo europeu e tinha como característica o jornalismo que utilizava uma linguagem rebuscada” (BAHIA, 1990, p. 158), começou na década de 1950, em um jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*. Neste jornal foram introduzidos por Danton Jobim e Pompeu de Souza três importantes elementos oriundos do jornalismo norte-americano: o lead, o Manual de Redação e o copy desk (redator responsável por reescrever as matérias, dando um tratamento uniforme a todos os textos).

Logo após a redação do Manual do *Diário Carioca*, Carlos Lacerda redige o Manual do jornal *Tribuna da Imprensa*. “Carlos Lacerda pegou esse stylebook, acrescentou umas piadas e fez o stylebook da *Tribuna da Imprensa*, que ele acabava de fundar” (Souza, 1992, p. 25).

O objetivo dos manuais era uniformizar a escrita dos profissionais para que a edição do jornal fosse padronizada. Essa atitude criaria uma unidade estilística. O Manual de Redação seria um instrumento de auxílio a profissão, dando uniformidade ao veículo de comunicação. Os jornalistas se guiariam lingüisticamente pelos manuais. Cada veículo adotou normas e técnicas gramaticais que condiziam com o planejamento gráfico e a ideologia do jornal.

A concorrência fez com que os periódicos se diferenciassem para atrair determinados públicos leitores. Essas mudanças não foram apenas lingüísticas. Visualmente, o projeto gráfico tende a se alterar de acordo com a demanda do público.

“Cada jornal tenta encontrar sua própria face ou, pelo menos, traços distintivos que garantem sua faixa de público. Esta procura de face pode ter uma gama de variações que vai desde a tentativa de reversão da quantidade em qualidade, ou a intensificação de processos verbo-visuais no uso substantivo do espaço-folha, do tamanho de tipos, da integração imagem-palavra, até os jornais que



manipulam sensacionalisticamente as manchetes.” (SANTAELLA *apud* DIAS 2003, p.43)

Em alguns veículos de comunicação a precursora dos manuais foram fichas com regras que eram transmitidas pela tradição oral. Algumas normas gramaticais e técnicas eram anotadas e colocadas em fichários que ficavam a disposição dos jornalistas e revisores. As dúvidas mais freqüentes ficavam em fichas sobre a mesa dos editores para acesso dos jornalistas.

Com o crescimento das redações se criou um manual único.

“A qualificação editorial se completa com usos de estilos inspirados no jornalismo norte-americano como o lead e a vários jornais (*Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil*) e, dos anos 70 em diante, a quase todos os grandes veículos, o Manual de Redação.” (BAHIA 1990, p.383)

De acordo com Mônica Pegurer Caprino, em sua tese de doutorado intitulada “Questão de estilo: os textos jornalísticos e os Manuais de Redação”:

“Pode-se resumir, assim, as funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros: compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas.” (CAPRINO, 2002)

Algumas empresas demoraram a adotar manuais próprios e, dessa forma, utilizavam como apoio os dicionários e livros de gramática.

Manual de Redação da Folha de São Paulo

O jornal *Folha de São Paulo*, lança em 1984 seu primeiro Manual de Redação. A publicação com 91 páginas trás uma pequena apresentação e um dicionário com expressões em ordem alfabética que julga importante para o conhecimento de jornalistas. Segundo os próprios autores “este manual geral não substitui um curso de jornalismo e muito menos a vivência prática de redação[...]. Seu objetivo é apenas



traduzir, em normas empíricas e simples, a concepção de jornal que se procura praticar na Folha.”(MANUAL DA FOLHA, 1984)

O Manual de Redação produzido em 1984 levava pela primeira vez as normas de redação e a linha editorial de um jornal ao grande público. Entretanto, tal Manual não foi bem aceito por todos os setores da sociedade. A crítica formada por professores e estudiosos da época se voltou ao primeiro Manual de Redação da *Folha*, publicado em 1984, “que estabeleceu regras rígidas, uma vez que pretendia mudar o padrão de texto que estava estabelecido e a direção considerava inadequado”.(CAPRINO 2002)

Em 1987 a *Folha de São Paulo* lança a 2º edição revisada e ampliada do Manual de Redação. Com 214 páginas, a publicação é dividida em 8 capítulos que são: Política Editorial, Estrutura da Folha, Padronização de Estilo, Procedimentos Profissionais, Normas Gramaticais, Convenções Gráficas, Vocabulário Jornalístico e Índice Remissivo. Em sua apresentação, os autores acrescentam que “este volume contém uma segunda edição do “Manual”, ampliada e corrigida à luz da experiência dos três anos seguintes 1984 – 1987”(MANUAL DA FOLHA 1987, p.9). Com pequenas mudanças em relação ao Manual de Redação de 1987, a *Folha* lança em 1992 sua 3º edição, mas foi em 2001, já atualizando as mudanças no projeto editorial realizado em 1997, que o jornal lança seu mais recente Manual de Redação.

O MR do jornal *Folha de São Paulo* lançado em 2001 possui as seguintes especificações: 392 páginas coloridas, com ilustrações, divididas em nove partes. A primeira parte é chamada de introdução. Nessa introdução, sem assinatura de um responsável, são apresentados os objetivos da criação do manual, mostrando a evolução proveniente do primeiro Manual até à sua mais recente edição.

A segunda parte é denominada “Como consultar este manual”. São duas páginas que orientam o leitor na consulta ao Manual. Como a publicação é colorida, no lado esquerdo de cada página pode-se notar um pequeno retângulo, com uma cor determinada, que situa o leitor na busca pelas informações disponíveis na obra.

A terceira parte é definida como “Projeto Folha - Projeto editorial do maior jornal do país”. Neste capítulo é reproduzida a versão do projeto editorial do jornal, divulgado em 17 de agosto de 1997. São nove páginas que orientam as condutas “críticas, modernas, pluralistas e apartidárias” da *Folha de São Paulo*.

A quarta parte do Manual é chamada de “Procedimentos – Preceitos do projeto editorial aplicados ao dia-a-dia”. Neste capítulo



“o Manual de Redação da Folha apresenta as diversas etapas da produção do jornal. A descrição de cada uma delas é acompanhada de exemplos concretos e dicas práticas que informam como aspectos clássicos do jornalismo se vêm modificados por necessidades contemporâneas. Trata-se de um guia para nortear os procedimentos internos e também as aspirações dos jornalistas.” (MANUAL FOLHA, 2001 p. 13)

O primeiro procedimento mencionado é o planejamento e o debate. O Manual trata esses pontos como fundamentais na elaboração da pauta. O trabalho em equipe também é considerado essencial para o planejamento e elaboração das pautas. O trabalho do pauteiro tem como companhias a seletividade e a hierarquia. Selecionar é organizar e priorizar assuntos, de modo a concentrar o trabalho da equipe naquilo que a edição julgue mais relevante, processo chamado de hierarquização. Com a pauta produzida o próximo passo será a construção da reportagem, sempre levando em conta o cruzamento de informações e o outro lado, aliadas à ética jornalística.

O Manual propõe como próximo preceito do projeto editorial aplicados ao dia-a-dia a redação da reportagem. São explicados os leads, contextualizações, usos de fotografias, edição, acabamento e revisão. Todas as etapas são exemplificadas e os pontos mais importantes possuem um símbolo gráfico representado por um ponto de exclamação na cor laranja.

No mesmo capítulo há uma divisão chamada “Verbetes”. São cinquenta e sete palavras ou expressões estritamente jornalísticas, em ordem alfabética, que são usadas dentro da redação do jornal. Em todas as palavras são feitas relações entre o verbete e a visão da *Folha de São Paulo* sobre o assunto. Por exemplo, o Manual de Redação explica o termo barriga como “publicação de grave erro de informação. Quando a Folha erra, reconhece o erro. Quando outro veículo de informação erra, a Folha noticia o lapso se este tiver grande importância jornalística”. Várias outras expressões ou verbetes jornalísticos são explicados como bairrismo⁶, cozinhar⁷, pool⁸, lobby⁹, dentre outros.

Também são demonstrados os tipos de fonte de informação, formas de declaração textual, maneiras de se fazer entrevistas e critérios para definir a importância

⁶ Atitude de apego excessivo ao bairro, cidade ou estado, que leva as pessoas a hostilizar ou desprezar os demais. (MANUAL FSP)

⁷ Reescrever texto publicado em outro veículo. (MANUAL FSP)

⁸ Designa grupo de jornalistas reunidos para uma cobertura importante que, pelas circunstâncias, não comporta a presença de todos nela interessados ou para ela credenciados. Esses jornalistas são sorteados ou escolhidos por critérios como nacionalidade, tempo de profissão, idade. O grupo assume o compromisso de informar os colegas excluídos da cobertura. (MANUAL FSP)

⁹ Grupo de pressão formado para influenciar pessoas com poder de decisão e de convencimento, como congressistas, integrantes do poder Executivo, juízes e jornalistas. (MANUAL FSP)



de uma notícia. É uma visão bem clara do jornal sobre todos os verbetes citados. O quinto capítulo, que é chamado de “Padronização e Estilo – Convenções e recomendações para escrever um texto claro”. São 55 páginas com 391 verbetes, expressões e regras jornalísticas em ordem alfabética. E o sétimo capítulo que é denominado “Anexo Gramatical – Soluções para os problemas gramaticais mais comuns”. São 27 páginas com 123 estruturas gramaticais e ortografia de algumas palavras. Todos os pontos cujas explicações ocupam uma coluna ou mais no Manual serão citados.

O sexto capítulo é chamado “Folha – Estrutura do jornal e do Grupo Folha”. São 13 páginas de informações sobre os principais departamentos, funções profissionais, práticas e princípios editoriais da *Folha de São Paulo* e do *Grupo Folha*. A primeira página do capítulo se chama “História da Folha”, e conta, de forma geral, a história do jornal desde 1921, ano de sua criação. Após a história do jornal há um capítulo chamado “Estrutura da Folha”, com verbetes que iniciam na *Agência Folha*, passam pelo Banco de Dados, Centro Tecnológico Gráfico-Folha, Centro de Controle de Erros, *Folha Online*, Programa de Qualidade, *Publifolha*, Secretaria de Redação, *Transfolha* e terminam no *Universo Online* (UOL) e *Valor Econômico*. Este capítulo é destinado à profissionais que pretendem trabalhar ou trabalham na *Folha de São Paulo*.

O oitavo capítulo é formado por 11 anexos denominados Legislativo, Jurídico, Militar, de Religiões, Médico, Matemáticos e estatísticos, Geográfico, Econômico, Transliterações, Estrangeirismos e Siglas.

O último capítulo é o “Índice Analítico”, com 28 páginas de verbetes e expressões em ordem alfabética, englobando todos os termos usados no decorrer do Manual de Redação. As referências bibliográficas não são apresentadas em um capítulo a parte, mas em notas de rodapé no decorrer do texto. O Manual de Redação analisado foi lançado em 2001 e está em sua 11ª Edição.

O conteúdo da edição lançada em 2001 agrega todos os elementos presentes nas edições dos anos de 1984, 1987, 1992. É de extrema importância para os profissionais do veículo e para os interessados em trabalhar no jornal, pois em todos os concursos da *Folha de São Paulo* são exigidos conhecimentos sobre seu Manual de Redação.

Manual de Redação de *O Estado de São Paulo*



O Manual de Redação de *O Estado de São Paulo* foi lançado em 1990. Em sua primeira edição o Manual trazia informações simples e objetivas em dois capítulos divididos em verbetes. Devido à grande quantidade de venda desta edição, em pouco tempo foi lançada a segunda edição, sem mudanças de conteúdo.

Em 1997 foi lançada a terceira e mais recente edição do Manual de Redação e Estilo, com consideráveis alterações em relação à original, de 1990. Centenas de verbetes foram acrescentados ao texto e, simultaneamente, mais três capítulos.

As três edições são de autoria do jornalista mato-grossense Eduardo Martins, com 50 anos dedicados ao ofício de modelar textos da redação do jornal *Estado de São Paulo*. Chefiou diversas editorias no jornal, foi secretário de redação e por muito tempo auxilia na Direção da redação no controle de qualidade dos textos publicados.

A terceira edição do Manual do Estado de São Paulo, publicado em 1997, possui as seguintes especificações: 400 páginas em preto e branco, sem ilustrações, divididas em nove partes. A primeira é a apresentação com três páginas escritas por Aluizio Maranhão, diretor de redação do jornal. O prefácio é composto por quatro páginas escritas por Eduardo Martins, autor do Manual.

O primeiro capítulo é denominado “Normas internas e de estilo”. Neste capítulo são expostas as “instruções gerais e específicas indispensáveis à preparação de um bom texto noticioso e agrupa, da maneira mais prática possível, as normas internas, gramaticais, ortográficas e de estilo necessárias a este trabalho”(MANUAL OESP). Posterior a essa pequena introdução o manual delimita que as normas internas podem ser entendidas como o conjunto de princípios que uniformizam o texto do jornal, englobando desde a maneira de grafar o próprio nome do periódico às mais complexas regras de concordância verbal.

O capítulo 1 é dividido em duas partes. Na parte “Instruções Gerais” são enumeradas 48 pontos que devem ser seguidos pelos jornalistas para a construção textual. A primeira instrução é um resumo dos outros princípios e diz:

“ 1- Seja **claro, preciso, direto, objetivo e conciso**. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias. Não é certo exigir que o leitor faça complicados exercícios mentais para compreender o texto.” (MANUAL OESP – Grifo do autor)

São citados também nove exemplos extraídos do próprio jornal, como chamadas de primeira página. Após os nove exemplos corretos são citados mais três exemplos que



o Manual julga errado, cada um com sete linhas sem nenhum ponto e repletos de intercalações que dificultam a seqüência normal de leitura. Todos os exemplos errôneos foram criados pelo autor.

A segunda parte do primeiro capítulo é denominada “Instruções específicas”. São duzentas e noventa e quatro páginas em que se encontram dois mil trezentos e sessenta e oito verbetes, expressões, regras lingüísticas e técnicas jornalísticas dispostas em ordem alfabética.

O capítulo dois é denominado “O uso da crase”. Para explicar o uso da crase o capítulo é dividido em cinco tópicos. O primeiro tópico se chama “Regras Práticas”, e apresenta duas maneiras simples de se saber se o uso da crase é necessário. O segundo tópico se chama “Usa-se a crase ainda” e apresenta cinco casos em que a crase é obrigatória. O terceiro tópico é denominado “Não se usa a crase antes de”, citando dezesseis casos em que o uso da crase é proibido. O quarto tópico é chamado de “Uso facultativo”, que traz três casos em que o uso da crase é facultativo. O último e maior tópico se chama “Locuções com e sem crase”, mencionando quatrocentos e cinquenta locuções em que a crase é obrigatória ou proibida.

O terceiro capítulo se chama “Os cem erros mais comuns”. O próprio Manual aconselha usar a relação dos cem erros como “roteiro para fugir deles”. Na última página do capítulo são apresentados os dez erros mais graves, em uma sessão chamada “E os dez mais graves”.

O capítulo quatro expõe um “Guia de Pronúncia”. Segundo o manual:

“Este capítulo registra algumas centenas de palavras cuja pronúncia pode causar dúvidas. Ajuda a resolver também uma dificuldade muito comum, a respeito da sílaba na qual recai o acento.”
(MANUAL OESP, 1997 p. 268)

São quatrocentas e setenta e sete palavras em ordem alfabética que podem gerar dúvidas relacionadas à pronúncia. Logo após cada palavra se tem entre parênteses o som que deve ser pronunciado.

O quinto e último capítulo é chamado “Escreva certo” e apresenta a grafia correta de algumas milhares de palavras e expressões. As palavras não apresentam seus significados ao lado. O capítulo é um auxílio para consultas rápidas em relação à forma



que o jornal adota determinados nomes comuns, geográficos, de empresas e de produtos. São sessenta e quatro páginas divididas em ordem alfabética.

Logo após o quinto capítulo se tem uma tabela de medidas numéricas e suas conversões, relacionadas à área, peso, comprimento, volume, capacidade e velocidade. As duas últimas páginas do Manual são de referências bibliográficas. São trinta e sete referências que englobam desde dicionários da língua portuguesa como os de Aurélio Buarque de Holanda e Antônio Houaiss até os Manuais de Redação da *Folha de São Paulo* e do jornal *O Globo*. É interessante observar que a edição utilizada para a análise do Manual de *O Estado de São Paulo* é a terceira edição revista e ampliada lançada em 1997, pela editora Moderna. Foi uma edição distribuída gratuitamente pelo MEC às escolas públicas brasileiras.

Conclusão

Com o avanço tecnológico das redações e gráficas dos jornais, o trabalho foi se profissionalizando e alguns recursos começaram a ser utilizados na busca pela uniformização da edição. Um desses recursos foi o Manual de Redação, utilizado inicialmente pelo jornal *Diário Carioca*.

Mesmo sendo considerados vilões por alguns, pelo fato de ditarem regras nas redações, os Manuais são extremamente necessários na uniformização do texto em um veículo de comunicação. Sua evolução, ampliação e reedição é realizada até hoje. As discussões sobre seu uso tendem a ser intermináveis, entretanto o importante é saber que sempre que se precisar de informações gramaticais, os Manuais podem oferecer grande auxílio ao jornalista.

Pode-se observar que, dentro do panorama textual da imprensa, os manuais de redação têm exercido papel importante, pois formatam esse estilo em suas regras básicas, servem de instrumento de cobrança, por parte das direções, em relação à qualidade de texto. (CAPRINO, 2002 p. 9)

Conclui-se que atualmente os Manuais de Redação funcionam como padronizadores de estilos e guiam, até mesmo fora do ambiente de trabalho, a produção textual. Os erros cometidos no momento da criação textual não devem ser justificados pelo uso (ou desuso) dos Manuais. As questões de estilo também estão ligadas ao processo de produção da notícia: mudanças contínuas e



rotatividade de profissionais nas redações, *deadline* e deficiências na formação dos profissionais.

Um texto bem escrito depende principalmente da bagagem intelectual de seu criador. O essencial é saber que mesmo depois do expediente, nas salas de aula dos cursos de jornalismo, na hora do trabalho e até em cursos de ensino médio o Manual de Redação estará sempre pronto para solucionar dúvidas e facilitar as atividades daqueles que o utilizam.

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4a. ed. São Paulo: Ática. 1990. 216 p.

CAPRINO Mônica. **Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação**. São Paulo, 2002. Resumo de tese de doutorado.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Cortez, 1991.

DIAS, Ana Rosa Pereira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Cortez, 2003, 181 p.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em Jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo: Ática, 2004.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984. 91 p.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987. 214 p.

MANUAL DA REDAÇÃO. São Paulo: PubliFolha, 2001, 391 p.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo. São Paulo**: O Estado de S. Paulo, 1990. 160 p.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo. São Paulo**: O Estado de S. Paulo, 1997. 348 p.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Comunicação)



SODRÉ, M. e FERRARI, M. H. (1986). **Técnica de Reportagem - notas sobre a narrativa jornalística**. Summus editorial. São Paulo.

SOUZA, Pompeu de. A chegada no lead ao Brasil. *Revista de Comunicação*. São Paulo, n. 30, p. 24-29, 1992